

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CIDADANIA AMBIENTAL: potencialidades para a preservação da Serra do Periperi em Vitória da Conquista - BA

**ENVIRONMENTAL EDUCATION AND ENVIRONMENTAL CITIZENSHIP:
potential for the preservation of Serra do Periperi
in Vitória da Conquista - BA**

RESUMO:

ARTIGO

Luana Silva Santanaⁱ

Faculdade Independente do Nordeste –
FAINOR

E-mail: luanas.uesb@hotmail.com

Klayton Santana Porto

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -
UFRB

E-mail: klaytonuesb@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos ambientais na Serra do Periperi, identificando os fatores que dificultam ou potencializam sua preservação ambiental. Desse modo, realizamos um estudo exploratório, descritivo, de natureza qualitativa, desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e da observação sistemática da Serra do Periperi, em Vitória da Conquista – BA. Os resultados evidenciam um intenso processo de degradação ambiental, ocasionado pelo crescimento desordenado de seu entorno, pela ocupação irregular, pelo descarte inadequado de lixo e entulhos, pelo desmatamento de para produção de carvão vegetal, caça e tráfico de animais silvestres.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Preservação Ambiental. Serra do Periperi.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the environmental impacts on the Serra do Periperi, identifying the factors that hinder or promote its environmental preservation. Thus, we conducted an exploratory, descriptive, qualitative study, based bibliographic research and systematic observation of Serra do Periperi, in Vitória da Conquista - BA. The results show an intense process of environmental degradation, caused by the disordered growth of its surroundings, irregular occupation, improper disposal of waste and debris, deforestation for charcoal production, hunting and trafficking of wild animals.

Keywords: Environmental Education. Environmental Citizenship. Environmental Preservation. Serra do Periperi.

Editor deste número:
Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o meio ambiente, nos últimos anos, tem se configurado como uma variável significativa a ser apreciada pelas administrações públicas e por uma crescente parcela da população. Neste sentido, Backer (2005) afirma que as pressões dos organismos de ordem internacional, governamental e social em relação à procura por uma melhor condição ambiental têm instigado o poder público a procurar soluções para tais cobranças.

Muito tem se falado acerca de desenvolvimento ambiental sustentável, ecologia e do uso de recursos naturais renováveis. Mas, apenas uma pequena parcela da população mundial possui conhecimento suficiente na área, a fim de compreender a dinâmica e as inter-relações entre os diversos ecossistemas que há no mundo.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) já enfatizava que os problemas do meio ambiente com que nos deparamos não são recentes, entretanto, seu grau de enredamento só começou a ser compreendido recentemente. Antes, nossas atenções estavam voltadas apenas para os reflexos do desenvolvimento sobre o meio ambiente. Atualmente, preocupar-se com a maneira com que vem ocorrendo a degradação ambiental, para que seja possível evitar que o desenvolvimento econômico e a ausência da educação ambiental venham trazer reflexos sobre o meio ambiente (FAMURS, 2018).

Assim, é necessário reiterar e intensificar as pesquisas e as questões norteadoras do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente, visto que estes temas passaram a ter maior abrangência, refletindo até na comunidade em geral, por intermédio do envolvimento das esferas administrativas municipais, estaduais e federais e, também, em organizações não governamentais, para que todos possam ter acesso às informações.

Sob essa égide, a educação ambiental é vista como um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, podendo contribuir na busca de soluções para os problemas ambientais presentes e futuros (MORIN, 2017), ou seja, propiciar aos sujeitos a construção de sua cidadania ambiental.

A educação ambiental deve associar a preparação ecológica dos cidadãos para a vida (nos mais variados contextos, naturais ou artificializados), com o estímulo à ética, criatividade, cooperação e participação, unindo conhecimentos teóricos às iniciativas práticas, conhecimentos científicos aos tradicionais, identificar-se com a interdisciplinaridade e, simultaneamente, projetar-se transdisciplinarmente, com o objetivo de viabilizar a sustentabilidade, mas, também, materializar condições sociais, econômicas e políticas humanamente mais justas, em sintonia com o ambientalismo.

Entretanto, na contramão dessa concepção epistemológica, tem-se percebido, nas áreas urbanas, que uma das principais causas da degradação ambiental vem sendo ocasionada pelo crescimento desordenado da população, que impulsiona a ocupação de áreas inapropriadas para a construção de casas, prédios e ruas (LEÃO, 2015). Essa situação fica muito evidente na área objeto do estudo, o Parque Municipal da Serra do Periperi, criado em 1998 pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista-BA. O parque possui uma área aproximada de 1.300 hectares, porém vem passando por um processo de degradação ambiental, ocasionado pelo crescimento desordenado de seu entorno, sobretudo pela ocupação irregular, descarte inadequado de lixo e entulhos, desmatamento de sua mata para produção de carvão vegetal e caça irregular de animais silvestres para o tráfico desses animais.

Diante desse contexto, surge a necessidade de reconhecimento da importante dualidade presenciada na temática da educação ambiental, que se desdobra na simplista educação ecológica, em detrimento de uma educação ambiental propriamente dita, que é, de fato, condição para a materialização de uma cidadania ambiental plena e, por consequência, para o alcance de um satisfatório padrão de sustentabilidade (MORIN, 2017). Isso justifica a realização de estudos que busquem problematizar estas questões, voltadas à escala local, para que a população possa sentir-se copartilhe e corresponsável pelo espaço no qual está inserida, possibilitando-lhe, construir a cidadania ambiental, o que acreditamos só ser possível de ocorrer por meio da educação ambiental.

Assim, a pesquisa, que deu origem a esse artigo, buscou analisar os impactos ambientais na Serra do Periperi, identificando os fatores que dificultam ou potencializam a sua

preservação ambiental dessa área.

Para seu desenvolvimento, realizamos um estudo exploratório, descritivo, de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e da observação da Serra do Periperi em Vitória da Conquista – BA. A coleta de dados ocorreu em duas etapas: I- Pesquisa bibliográfica, que versou sobre os seguintes temas: Educação Ambiental, Cidadania Ambiental e Preservação Ambiental; II-Observações *in loco*, com o intuito de mapear/levantar os indícios de degradação ambiental presentes no interior e no entorno da Serra do Periperi. Nessa perspectiva, através das observações diretas- foi permitido identificar áreas com problemas de degradação, bem como elementos relevantes para reflexão e discussão sobre essa problemática, visando divulgar e sugerir, aos gestores públicos, ações coletivas e colaborativas que potencializem a construção da cidadania ambiental da população local, para que seja possível evitar degradações futuras como também promover a recuperação e a preservação ambiental da Serra do Periperi.

2. DIÁLOGOS E REFLEXÕES CONCEITUAIS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Quando nos propomos a discutir educação ambiental, inicialmente, precisamos nos apropriar e clarificar alguns conceitos, para que o leitor conheça as perspectivas teóricas subjacentes às discussões.

2.1 Contextualizando o conceito de meio ambiente

Para compreender melhor, faz-se necessário abordar alguns aspectos essenciais como: a etimologia, o conceito propriamente dito e as classes existentes.

Do ponto de vista etimológico, deve ser analisada a própria composição da expressão “meio ambiente”, formada por duas palavras que necessitam de adequada interpretação. Dessa análise, torna-se possível entendê-las, individual e conjuntamente, para o alcance da compreensão ideal da expressão.

Nesse sentido, Deebeis (2016) elenca duas definições, a primeira, baseada no “Novo Dicionário de Língua Portuguesa”, diz que “ambiente” significa “o que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas por todos os lados, envolvente”. Já a segunda definição, ditada pelo autor, é retirada do livro de “Direito Ambiental Constitucional”, de Silva (2017), e diz que “a palavra ambiente indica a esfera, o círculo, o âmbito que nos cerca, em que vivemos”. Complementarmente, para definir o significado do termo “meio”, Silva (2017, p.19), referindo-se a palavra “ambiente”, diz que “em certo sentido, portanto, nela já se contém o sentido da palavra meio”. Observando o raciocínio, entende-se, pois, que as palavras “ambiente” e “meio”, apesar de terem nomenclaturas distintas, têm significados próximos.

A proximidade valorativa, no entanto, dos termos “ambiente” e “meio”, não necessariamente torna a expressão “meio ambiente” uma reles redundância, haja vista a junção dos termos isolados nesta expressão, a torná-la mais rica de sentido, do que a simples palavra “ambiente” (SILVA, 2017, p. 19). Assim sendo, meio ambiente seria mais que um espaço ou lugar a ser ocupado, passando a confundir-se com os próprios elementos (seres vivos e não vivos) que o ocupam, bem como as interações entre eles existentes.

Nessa constatação de ordem etimológica, cabe debater o conceito de meio ambiente propriamente dito. Para tanto, é necessário reconhecer que, a nível conceitual, o meio ambiente é suscetível ao processo histórico humano, sendo compreendido de forma mais ou menos ampla e abrangente, a depender do momento em que é estudado.

Lombaert (2017), harmonicamente, sustenta a integração essencial entre ser humano e meio ambiente, apresentando duas definições para caracterizá-lo. A primeira associa-se a elementos naturais ou artificiais, químicas condicionantes da vida do homem. A segunda, por sua vez, associa a meio ambiente a agregação de condições naturais (físicas e biológicas) e culturais (sociológicas), nas quais os organismos vivos se desenvolvem (inclusive, o homem). Esta última coaduna-se, quase que perfeitamente, com a definição de meio ambiente estabelecida pela Lei nº 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), em seu art. 3º, inciso I: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Deve-se, em nível interpretativo, ampliar a redação do dispositivo normativo acima, de modo que envolva, igualmente, cultura humana e demais aspectos humanos pertinentes.

A partir desta reflexão, Nasrin (2017) nos apresenta quatro dimensões ambientais relevantes: psicológicas, culturais, físicas e sociais. Para o autor, todas essas dimensões seriam aspectos integrantes da realidade ambiental, na qual os indivíduos tridimensionalmente se inserem, exercendo, por isso, papel interativo relevante.

Enquanto para Nasrin (2017), a dimensão psicológica se referia ao limite pessoal do indivíduo, as demais (culturais, físicas e sociais) referir-se-iam, respectivamente: a) aos produtos da mobilidade dos indivíduos para a sua expansão social; b) aos seres, vivos e não vivos, que seriam naturais em face do indivíduo, abrangendo, por exemplo, as condições climáticas, nutricionais, de saúde e de saneamento; e c) à vida familiar, social, aos serviços, modos de aquisição, produção, fornecimento, etc.

Em suma, como pode ser percebido, o “meio ambiente” não se limita apenas às florestas, às matas, ao Pantanal, aos rios, aos oceanos e aos animais. Ele alcança as próprias relações humanas entre o homem e o seu meio, entre o homem e os demais seres vivos e entre o homem e o próprio homem (individual e coletivamente), abrangendo, ainda, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico (LOMBAERT, 2017). Cada realidade (espaço, elementos componentes e suas interações), em suas facetas natural, artificial, cultural e/ou trabalhista são, enfim, meio ambiente, o que, impreterivelmente, exige um conceito ambiental mais complexo do que reducionista. Por conta disso, este conceito está em consonância com a nossa linha de pensamento.

2.2 A educação ambiental na construção da cidadania ambiental

A destruição desregrada do meio ambiente, o esgotamento gradativo dos recursos naturais renováveis, a extinção acelerada de espécies, a crescente poluição e o reconhecimento do papel protagonista do homem, nesses processos, e da sua flagrante vulnerabilidade ante as consequências disso, estimularam e viabilizaram a gênese e evolução do movimento ambientalista e, com ele, a emergência do conceito de educação ambiental.

Tal qual o movimento ambientalista e o próprio conceito de meio ambiente, a educação ambiental viu-se paulatinamente transformada, passando a exigir uma finalidade voltada não só à mera informação técnico-verde das pessoas (notadamente ecologista), mas também à preparação dos sujeitos para a participação ativa e crítica nas questões ambientais, na esfera particular e pública (ambientalista).

Corrobora com esse entendimento, Luzzi (2015, p. 398):

Nesse contexto é que se defende que a Educação Ambiental não pode ser reduzida a uma simples visão ecologista, naturalista ou conservadora sem perder legitimidade social, por uma simples questão ética, e sem perder a sua coerência, porque a resolução dos problemas socioambientais anteriormente apresentados se localiza no campo político e social, na superação da pobreza, na desaparição do analfabetismo, na geração de oportunidades, na participação ativa dos cidadãos. O problema ambiental não se resolve com a assepsia científica, seja esta ecológica, biológica ou tecnológica; sua resolução se localiza no campo da cultura, do imaginário social, dos valores e da organização política e econômica global.

É uma visão que ratifica o entendimento de que meio ambiente não é ecologia, de que as questões humanas são questões ambientais (e vice-versa) e de que o simplório protecionismo do verde (ecologista) cedeu espaço para uma visão ambiental complexa, interdisciplinar e integrada (ambientalista), que deve se estender à teoria e à prática da educação ambiental.

Nesse panorama, é patente admitir que a educação ambiental ultrapassa as dimensões de elemento de formação e instrução ecológica dos sujeitos, até mesmo porque a contemporaneidade envolve nuances múltiplas (nos mais diversos campos) e complexidade pulsante. Soma-se a isso, a necessidade de preparação do ser humano para o desenvolvimento de uma postura crítica, ética e, concomitantemente, participativa na tutela do meio ambiente, dos demais direitos humanos e no alcance de melhores e mais justas condições sociais. Assim,

A Educação Ambiental é uma *práxis* educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o

entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica nas relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza (LOUREIRO, 2014, p. 69).

Devido à dimensão conceitual proposta pelo autor, seria pouco provável a não inclusão de outra faceta na educação ambiental: a finalidade de preparação política do cidadão para atuação concreta no campo socioambiental, em debates pertinentes, na participação consciente e, inclusive, na fiscalização do poder público e particular.

Nesse intento, a função política da educação ambiental seria fundamental para o estímulo do exercício da cidadania e de uma cidadania ambiental, ao mesmo tempo, que seria complementar à formação ecológica dos sujeitos.

Cabe-nos ressaltar que o estudo da cidadania ambiental envolve discussões complexas e um cenário de certa forma antagônico. Isso porque se, por um lado, o tema da cidadania propriamente dita é antigo, envolvendo discussões variadas por meio de teóricos clássicos e, igualmente, de teóricos contemporâneos, por outro lado, o mesmo não ocorre com a cidadania ambiental, relativamente jovem, com debates apenas inicializados por exigência da hodierna crise ambiental e, certamente, ainda sem um horizonte determinado. Além disso, emerge para reflexão se não seria a cidadania ambiental apenas um prolongamento do tema da cidadania em geral, com abrangência casual do campo ambiental; ou se não seria, devido às suas características extremamente peculiares, um campo do saber próprio, à parte da cidadania tradicional.

Sobre esse panorama, não parece ser coerente admitir a independência da cidadania ambiental enquanto campo próprio do conhecimento humano; enquanto império de si mesma, “território” teórico submetido à soberania única de seus escritores e alheio às demais facetas da cidadania propriamente dita e demais áreas do saber.

Nessa conjuntura, se a radicalização das especializações científicas e da disciplinaridade fechada representaria um diagnóstico patológico do saber, não seria prudente, em um processo semelhante, estimular uma cisão teórica absoluta entre os conceitos de cidadania e de cidadania ambiental, até mesmo porque têm eles muito em comum, apesar de haver, por essência, um direcionamento do segundo para explicação da garantia e do exercício da cidadania em face das questões ambientais locais, regionais, nacionais e internacionais.

Reconhecendo-se, nesse ínterim, que a plenitude da cidadania ambiental depende substancialmente da participação popular para que a sustentabilidade do meio ambiente seja concretamente alcançada, resta reconhecer, por consequência, que um cidadão despreparado jamais poderá atendê-la, de forma eficiente, como ressalta Lombaert (2017).

Esta realidade realça a importância da educação ambiental que, nesse panorama, passa a ser condição inescapável para o exercício da cidadania ambiental. Essa educação, todavia, deve estar coadunada com uma visão de cidadania, aplicada à tutela do meio ambiente e, por reflexo, do ser humano.

Alertamos, porém, que no presente, existe uma postura consolidada de (sub)dimensionamento da educação ambiental, haja vista rotularem-na em práticas educativas meramente instrutivas ou comportamentais e ecológicas. Luzzi (2015) complementa que frases, tais como: “não jogue o lixo no chão”, “plante uma árvore”, “não desperdice água”, “respeite os animais” caracterizam bem essa afirmação; afinal, ostentam, inegavelmente, funcionalidade ecológica, ao incentivar a mudança de comportamento dos indivíduos, mas que não promovem uma verdadeira conscientização dos atores sociais como seres humanos e ambientais e, principalmente, como cidadãos.

Esse padrão criado de educação ambiental, na verdade, contraria o conceito anteriormente descrito, limitando-se a um visível nível de educação ecológica, pois o educando apenas desenvolve conhecimentos superficiais de como agir ou não agir, ecologicamente falando. Dessa forma, posiciona-se cristalinamente aquém de uma educação ambiental propriamente dita, ou seja, mais complexa, profunda e elaborada, que reúna conhecimentos teóricos relevantes, que munha o cidadão dos conhecimentos necessários para atuar na prática; que ensine as pessoas a compreenderem o meio ambiente, que lhes destine o conteúdo

intelectual e ético necessário para que não sejam facilmente manipuladas, possam desenvolver uma postura crítica, útil e reconheçam a necessidade de agirem, sempre, em prol não apenas de seus próprios interesses, mas sim, solidária e fraternalmente, em prol de toda a humanidade, do planeta e das demais espécies.

Luzzi (2015) complementa que é importante admitir que a educação ambiental deve estimular o pensar e o agir político, por parte dos cidadãos, da mesma forma que deve estimulá-los a combater comportamentos e iniciativas que incentivem a subvalorização do público ante o privado e que, por consequência, inibam a participação popular na defesa do meio ambiente, por envolver a limitação das vontades privadas de degradação ambiental para o atendimento dos interesses individuais, mas que busquem atuar em prol do bem-estar comum e geral de todos os seres humanos e nações.

3. A SERRA DO PERIPERI EM VITÓRIA DA CONQUISTA: REVELAÇÕES DA PESQUISA

3.1. Caracterizando o Parque Serra do Periperi

O Município de Vitoria da Conquista (VDC), situado no sudoeste da Bahia e incluído no Polígono da Seca, possui uma área de 3.734 km², com uma população de 338.885 habitantes (IBGE, 2023). Possui uma cobertura vegetal típica de área de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga, ocorrendo uma vegetação conhecida localmente como Mata de Cipó. A sede do município se desenvolveu na vertente sul da Serra do Periperi, no início do vale do Rio Verruga, logo abaixo de suas principais nascentes.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Vitoria da Conquista, o Parque Municipal da Serra do Periperi, com uma área de cerca de 1.300 hectares, foi criado em 1998, mediante convênio firmado entre a Prefeitura, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). O projeto inicial de ampliação da Área de Proteção Ambiental e criação do Parque teve como objetivo criar uma Unidade de Conservação, destinada à preservação dos remanescentes da Mata de Cipó, da vegetação original e das nascentes existentes na Serra do Periperi, na zona urbana de Vitoria da Conquista e implantar equipamentos de apoio às atividades de fiscalização e monitoramento da área, de pesquisa científica e de educação ambiental. No entanto, o projeto sofreu algumas alterações devido à pequena quantidade de funcionários capacitados para tais ações e as dificuldades de ordem financeira para a ampliação do quadro de funcionários.

O Parque Municipal da Serra do Periperi abriga a Reserva do Poço Escuro, que é uma área de 17 hectares de Mata de Cipó remanescente, localizada na vertente sul da Serra do Periperi, na depressão funda entre as montanhas onde se encontram as principais nascentes do Rio Verruga e se constitui em abrigo para a fauna nativa (macaco-prego-do-peito-amarelo, sagui) introduzidos na mata (IBAMA, 2023). O Poço Escuro recebe diariamente visitantes da comunidade local e de outras cidades, principalmente, de estudantes de escolas públicas e particulares, funcionando assim, como um laboratório natural para o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa. Forma uma bonita paisagem, evidenciada na ilustração seguinte.

Figura 01: Poço Central da Reserva do Poço Escuro – Bairros Guarani/Cruzeiro, Serra do Periperi/VDC-BA.



Fonte: pesquisa de campo (2024)

Estudos foram desenvolvidos nessa área, abordando tanto aspectos florísticos e faunísticos, a exemplo do levantamento de Mirmecofauna, que identificou quatro novas espécies de formigas (*Formicidae*) e o levantamento de espécies de vespas e abelhas solitárias, esse último em andamento. (IBAMA, 2022).

A Reserva do Poço Escuro, por abrigar a única mata remanescente na zona urbana deveria ser foco de preservação contínua. Entretanto, constatamos que o adensamento da ocupação urbana vizinha (bairros Petrópolis e Guarani) exerce uma forte pressão sobre a área, resultando em impactos negativos, principalmente, em relação ao descarte inadequado de lixo domiciliar nos canais de drenagem pluvial, que acaba provocando o assoreamento do Rio Verruga, conforme foi possível observar durante a pesquisa e registrar na figura 02.

Figura 02: Assoreamento do Rio Verruga– Bairros Guarani/Cruzeiro, Serra do Periperi/VDC-BA



.Fonte: pesquisa de campo (2024)

É perceptível que a elevada diversidade biológica e a beleza da paisagem natural do Poço Escuro atraem a curiosidade de estudantes, das comunidades local e regional, bem como o interesse de pesquisadores, como nós. Entretanto, o aumento do fluxo de visitantes impacta, ainda mais o meio ambiente, sobretudo, quando não há a busca de alternativas que garantam a proteção da mata do Poço Escuro (fauna, flora e suas espécies estudadas), visto que não verificamos, durante as observações, iniciativas nesse sentido. Entende-se que as ações educativas passam, necessariamente, pela construção da cidadania ambiental da comunidade do entorno da reserva sobre o valor ambiental, histórico e cultural da área, tanto para as gerações presentes quanto para as futuras. Ademais, sabemos que o problema ambiental se agrava quando se verificam a situação de pobreza dos vários bairros deste entorno e as construções que não observam os princípios necessários à urbanização, a exemplo da precariedade da infraestrutura básica (ausência de esgotamento sanitário satisfatório).

Figura 03: Edificações construídas na Serra do Periperi, Bairro Nossa Senhora Aparecida/VDC-BA.



.Fonte: pesquisa de campo (2024)

Assim, ressaltamos que o modelo de desenvolvimento hegemônico, nas sociedades contemporâneas, tem se caracterizado pelo uso predatório dos recursos ambientais, pela degradação, pelas desigualdades sociais e pelo crescimento da pobreza e da miséria, resultando em um número cada vez maior de pessoas em situação de vulnerabilidade que, por sua vez, exercem uma pressão crescente sobre os recursos naturais, como constatamos, na Serra do Periperi, através da retirada de camadas do solo para a extração de pedras, cascalho e areia grossa, por grupos de familiares de baixa renda (mulheres e crianças), para a comercialização intermediada por atravessadores.

3.2 Educações ambiental negligenciada impactando a preservação da Serra do Periperi

Em junho de 2007, foi aprovada a Lei Municipal nº. 1410, que criou o Código Ambiental do Município, definindo, entre outras funções, a promoção e manutenção de um inventário e mapeamento da cobertura vegetal nativa e dos rios e córregos, além da criação do Fundo Municipal para Recuperação Ambiental, que recebe recursos advindos das penalidades administrativas, relativas aos danos ambientais, flagrados no município de Vitória da Conquista e na bacia do Rio Verruga. O código ambiental ratifica a criação do Parque da Serra do Periperi, da Reserva do Poço Escuro, cria a Reserva da Lagoa das Bateias, da Baixa do Jurema e confirma outras áreas de preservação permanente, de acordo com a legislação ambiental brasileira em vigor. (ROCHA, 2021, p. 126). No entanto, cabe ressaltar que muito pouco do que foi proposto está sendo executado, assim como podemos perceber pela figura 04.

Figura 04: Nascente da Serra do Periperi com focos de Poluição – Bairro Guarani, Serra do Periperi/VDC-BA.



Fonte: pesquisa de campo (2024)

A degradação ambiental da Serra do Periperi, em Vitória da Conquista, tem deixado inúmeras espécies animais desabrigadas devido à perda de habitat. Entre os mamíferos afetados estão o macaco-prego, a cutia, o sagui-de-tufos-pretos e a preguiça-comum, enquanto entre as aves destacam-se o periquito-de-asa-amarela, o beija-flor-de-veste-preta, o joão-de-barro e o sabiá-do-campo. A redução das matas compromete a sobrevivência desses animais, muitos dos quais dependem diretamente das florestas para alimentação, abrigo e reprodução. A preservação da biodiversidade local é essencial para manter o equilíbrio ecológico e os serviços ambientais proporcionados por esse ecossistema.

A ocupação destes terrenos, em áreas de preservação e de risco (encostas, margens de rios, etc.), é geralmente realizada pelas camadas sociais menos favorecidas, pois não dispõem de recursos financeiros suficientes para atender suas necessidades vitais, especialmente no que se refere à moradia. Assim, essa parcela da população, além de ocupar essas áreas, muitas vezes, passa a explorar os recursos naturais, alterando o equilíbrio ambiental e contribuindo para a modificação da configuração do espaço urbano. No entanto, não é possível promover um desenvolvimento ambiental sustentável sem uma adequada e intensa transformação no modo de refletir e agir de toda a sociedade.

Busca-se, atualmente, a mudança de perspectivas e a transição para um novo paradigma, como forma de enfrentamento à problemática gerada pelo modelo anterior, garantindo a sobrevivência de um mundo ameaçado pela exaustão dos recursos naturais e criando alternativas de desenvolvimento que se aliem ao desafio da preservação ambiental.

Cabe-nos ressaltar que a questão ambiental nas administrações públicas deve englobar as políticas ambientais, voltadas para o desenvolvimento da educação ambiental e da cidadania ambiental, um planejamento energético eficiente, um licenciamento ambiental que permita a conservação da fauna e flora, presentes nas cidades e nos estados, realizar avaliações, de cunho econômico, para avaliar os impactos ambientais, partindo de um desenvolvimento sustentável que controle e reverta a degradação ambiental. Ressalta-se ainda que esses instrumentos existem formalmente, mas são ineficazes, ou se ainda não foram implementados de fato.

No entanto, o que observa-se no município de Vitória da Conquista é que a preservação do meio ambiente sempre foi um processo de difícil execução. Os poderes públicos investem muito pouco nas questões ambientais e isso se agrava ainda mais quando se trata de uma cidade de grandes extensões de terra e que também é alvo do tráfico de animais.

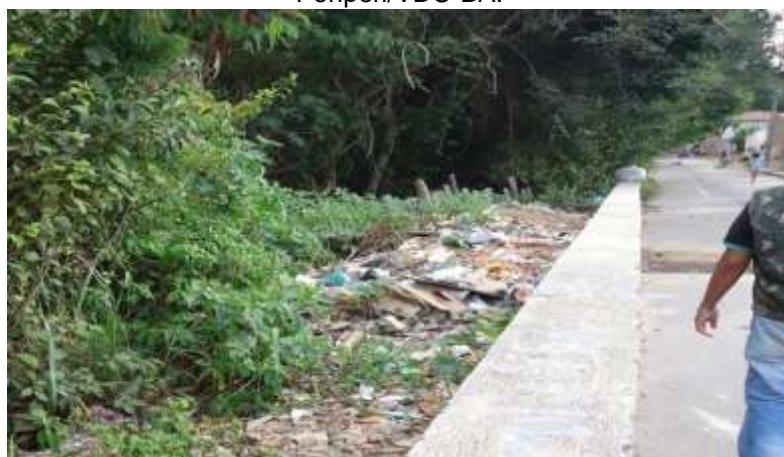
A Secretaria de Meio Ambiente de Vitória da Conquista tenta suprir um pouco da carência de investimento do governo estadual e da participação da população, mas ainda é insuficiente. Evidentemente, a questão ambiental não depende apenas da iniciativa do governo ou de movimentos sociais. Cada cidadão deve adquirir senso crítico para perceber os erros cometidos contra o meio ambiente e saber agir de forma adequada, contribuindo assim para a conservação dos sistemas ecológicos (FERRAZ, 2021, p.87).

Sabemos que a degradação da Serra do Periperi vem causando alguns problemas para o centro urbano do município de Vitória da Conquista, pois em períodos chuvosos muitos materiais, tais como pedras, lixo, restos de cobertura vegetal, lama, terram, dentre outros, provenientes da Serra são carregados pelas águas e depositados nas áreas mais baixas da cidade, provocando o entupimento dos esgotos pluviais e vários estragos na pavimentação.

Sendo assim, os impactos ambientais são causados por diversos agentes, tendo como principal deles a ação antrópica. Neste contexto, a ampliação das áreas produtivas agrícolas e minerais e o crescimento urbano contribuem para o agravamento dos impactos ambientais, uma vez que exercem forte pressão sobre o ambiente.

Além disso, moradores, de modo geral, despejam o lixo doméstico em áreas inadequadas, a exemplo dos terrenos baldios e até mesmo em locais que fazem limite com área de preservação que envolve o Poço Escuro e os Bairros Petrópolis, Guarani e Cruzeiro, se caracterizando como zonas de tensões, pelo fato de gerar nelas conflitos entre o poder público e os moradores. Percebemos isso claramente quando observamos a figura 05.

Figura 05: Lixo domiciliar margeando o Poço Escuro–Bairro Petrópolis, Serra do Periperi/VDC-BA.



Fonte: pesquisa de campo (2024)

Podemos verificar que os processos de degradação ambiental, em Vitória da Conquista, refletem diretamente na sociedade e são, geralmente, ocasionados pela ocupação humana desordenada, aliada às condições naturais de risco, como as áreas de encostas, barragens, açudes e nascentes. Com a degradação da Serra, a fauna e a flora urbanas passam a ficar mais próximas do homem, dessa forma acabam se tornando mais suscetíveis à morte. Além da falta de conhecimento, existe um forte preconceito acerca de inúmeras espécies animais, originado pela má informação, o que acaba dificultando a conservação dessas espécies.

Outro problema estreitamente conexo a Serra do Periperi, se refere à expansão urbana de Vitória da Conquista que vem ocorrendo tangente ao Rio Verruga. Por conta disso, o rio vem passando, no decorrer dos anos, por um processo de retilinização, que tem contribuído diretamente para modificar o seu percurso a partir do alto do Rio Verruga. Esse processo de retilinização tem modificado o curso d'água do Rio Verruga, eliminando curvas ou meandros para transformá-los em linhas retas. Isso tem sido realizado para facilitar o fluxo de água, controle de inundações, ou projetos de infraestrutura, mas pode ter impactos ambientais significativos, como perda de habitats naturais e aumento do risco de erosão.

As consequências decorrentes dessa ação antrópica não vêm interferindo somente no trajeto do leito natural, mas vêm desencadeando diversas transformações e impactos ambientais. Dentre elas, podemos citar a perda da mata ciliar, em decorrência da expansão urbana desordenada; algumas áreas inundáveis foram soterradas, para ceder espaço para as edificações urbanas.

A esse despeito, podemos citar a construção da Central de abastecimento, do centro urbano comercial de Vitória da Conquista, a construção da Avenida Bartolomeu de Gusmão, dentre outros pontos. Neste contexto, Rocha (2008, p 49), elenca outros pontos como a “Baixa da Égua, a Baixa do Sapo e a Lagoa da Jurema” e elucida que, nestas áreas, “foram grandes as alterações feitas com o aterro e/ou corte de terreno, provocando um desnível no terreno e uma alteração da carga exutória da bacia neste trecho”.

O que temos constatado é que tais modificações vêm desencadeando alterações nas características do terreno, retirando a vegetação primitiva, impermeabilizando o solo e retificando o canal do Rio Verruga, o que têm contribuído para o surgimento de novos espaços e/ou para apropriação de áreas frágeis, como se verifica nas encostas da Serra do Periperi e nas adjacências do Rio Verruga, principalmente no espaço urbano de Vitória da Conquista. Em consequência, podemos elencar diversos problemas detectados com relação à drenagem urbana do Rio Verruga.

A falta de planejamento para a expansão do município, sobretudo ocupada pelos bairros da Serra ou tangenciais a ela, possuem projetos urbanos que foram edificados de forma aleatória, a citar a existência de caminhos preferenciais nas encostas da Serra do Periperi que contribuem para o aumento da velocidade de escoamento da água superficial no período das chuvas. Acrescido a este fato, constatamos que a população vem contribuindo para potencializar essa situação, jogando lixo e entulhos em locais próximos à Serra. Embora a prefeitura realize a coleta periódica dos materiais descartados, constatamos que, pouco tempo após essa coleta, a população, novamente, volta a jogar mais lixo e entulho nesses locais. Isso nos faz refletir que não basta somente a gestão municipal fazer a coleta, mas é necessário educar a população, do ponto de vista ambiental, para o exercício da cidadania e, por conseguinte, preservar a Serra do Periperi.

Cabe ressaltar que a adoção de ações de educação ambiental e o incentivo à participação comunitária demonstram-se como estratégias eficazes e viáveis, conforme evidenciam experiências já consolidadas em diferentes municípios brasileiros. Em Curitiba (PR), o programa *Lixo que Não é Lixo* combinou coleta seletiva com intensas campanhas educativas em escolas e comunidades, resultando em expressivo aumento da reciclagem e na redução do descarte inadequado de resíduos (IBGE, 2021). De forma semelhante, no Recife (PE), o projeto *Educação Ambiental nas Comunidades* articulou oficinas educativas e ações práticas de limpeza e reflorestamento em áreas de manguezal, promovendo o engajamento direto da população local e a conservação ambiental (MMA, 2022).

Além dessas iniciativas, a criação de instâncias de participação, como os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, previstos na Lei nº 9.985/2000 (SNUC), e o apoio a programas de formação de Agentes Ambientais Comunitários são políticas efetivas para estimular o protagonismo social nas questões ambientais. Ressalta-se ainda a possibilidade de incorporar programas federais e estaduais já estruturados, como o Programa Nacional de Educação

Ambiental (ProNEA), que fornece diretrizes e materiais de apoio para a implementação de ações educativas, e a Agenda 21 Local, que promove o planejamento participativo voltado ao desenvolvimento sustentável.

Outra situação constatada foi a existência de longas avenidas sem rede de drenagem, nas adjacências da Serra e em vários pontos da cidade, que no período de chuvas intensas se transformam em verdadeiros cursos d'água que descem, sobretudo, para as regiões mais baixas da cidade. Na figura 06, essa situação fica evidente.

Figura 06: Alagamento de via pública situada no Bairro Vila Serrana, Serra do Periperi/VDC-BA.



Fonte: pesquisa de campo (2024)

Esses pontos de alagamento são mais potencializados e evidentes nas áreas mais baixas, em relação a Serra, localizadas no centro do município. Tal situação evidencia o quanto é falho o sistema de drenagem urbana de Vitória da Conquista.

Isso nos mostra a necessidade e a urgência da gestão pública municipal desenvolver ações que englobem as questões específicas do meio ambiente, que resultam da ausência de um planejamento adequado e de políticas que abarquem os impactos ambientais e não esqueçam a relevância de ações de cunho educativo.

Neste sentido, Maimon (2016) complementa que as políticas com interconexão ambiental devem levar em consideração estratégias de eco desenvolvimento, enfatizando o desenvolvimento tecnológico, a estruturação regional, o desenvolvimento urbano e a educação ambiental. Assim, a educação ambiental assume um papel preponderante, pois é através dela que o conhecimento pode ser construído de forma significativa e eficaz. A partir da educação pode-se orientar a sociedade para um modo vida que respeite e reconheça a função e a importância das espécies de animais e vegetais para o equilíbrio do ecossistema urbano.

A educação ambiental é a criação de uma consciência ambiental na população através da educação; através da abordagem de elementos do meio ambiente, seus problemas e possibilidades de solução, dentro dos programas das diferentes disciplinas escolares e de outras instâncias educativas. Nesse sentido, ela passa a ser vista como uma via para desenvolver a cidadania ambiental nas pessoas, para que elas compreendam os processos naturais e socioeconômicos que afetam o meio ambiente e assumam posições responsáveis para solucionar estes problemas (LEÃO; SILVA, 2018).

No entanto, é importante destacar que a educação ambiental escolar pode demorar a surtir efeitos práticos, e que ações em espaços comunitários, religiosos e sociais podem ser mais ágeis e eficazes no curto prazo, é extremamente pertinente. Por meio destas ações, pode-se reforçar a urgência da atuação intersetorial, como também demonstra sensibilidade à realidade local (especialmente em contextos de vulnerabilidade), de modo que a conscientização ambiental seja contínua, plural e adaptada às condições sociais reais.

A partir da cidadania ambiental o indivíduo consegue construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Assim, a cidadania ambiental é, portanto, o veículo pelo qual o cidadão irá construir os conhecimentos necessários, permitindo-o ajudar na conservação e preservação da

Serra do Periperi e manter o equilíbrio dos sistemas vivos ali existentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas relacionados ao meio ambiente não devem ser abordados de maneira desarticulada por instituições públicas, uma vez que os processos de degradação ambiental refletem diretamente na sociedade e são, geralmente, causados pelo homem e a sua falta de consciência e conhecimento do assunto.

Por meio deste estudo, evidenciamos que a expansão da cidade de Vitória da Conquista não foge à regra da maioria dos municípios brasileiros, em que o referido processo vem ocorrendo de forma acelerada, compactuando com o aumento da segregação social. Na cidade em questão, isso fica explícito na zona norte, local em que se localiza a Serra do Periperi, cujas encostas vêm sendo ocupadas por moradias originárias do crescimento desordenado. Esse processo tem impactado e ocupado, inclusive, áreas de preservação que circundam a Serra, a qual por sua vez passou a ser ocupada por populações em situação de vulnerabilidade, em razão da falta de alternativas habitacionais adequadas.

Aliado a essa questão, a condição de pobreza e a falta de educação ambiental dos moradores dos bairros, no entorno da Serra do Periperi, agravam os danos ao meio ambiente, que se materializam na retirada de vegetação, para suprir suas necessidades no âmbito domiciliar; a degradação provocada pelo destino do lixo doméstico e o entulho, descartados irregularmente pelos moradores e empresas de coleta de dejetos de construções civis, que estão atuando de forma irregular, além da fiscalização quanto a estas ações ser ineficaz, têm contribuído para intensificar diversos tipos de transtornos, tais como a contaminação do solo e das nascentes da Serra, a proliferação de insetos e animais vetores de doenças infectocontagiosas, o alagamento de áreas mais baixas do município, entre outros problemas, que afetam diretamente a população local e a população do município como um todo.

Diante dos desafios ambientais enfrentados pela Serra do Periperi, é essencial que projetos permanentes de educação ambiental sejam implementados pela administração pública, com o objetivo de alcançar diferentes parcelas da população e promover uma transformação sustentável e duradoura. Tais iniciativas devem ser amplas e diversificadas, contemplando ações direcionadas a diferentes grupos sociais e espaços, a fim de maximizar o impacto e garantir a preservação desse importante patrimônio natural.

Nas escolas, a educação ambiental deve ser incorporada ao currículo escolar de forma prática e dinâmica, com foco em crianças e adolescentes. Atividades como trilhas ecológicas, plantio de árvores e oficinas de reciclagem podem despertar nos jovens um senso de pertencimento e responsabilidade ambiental, preparando-os para atuar como multiplicadores de conhecimento em suas famílias e comunidades.

Nas unidades de saúde, a abordagem voltada para os adultos pode integrar a educação ambiental às campanhas de promoção da saúde, destacando a relação entre qualidade de vida e um meio ambiente saudável. Palestras, cartilhas educativas e ações de sensibilização sobre práticas sustentáveis, como o manejo correto de resíduos e a economia de recursos naturais, podem ser ferramentas efetivas para engajar esse público.

Nas empresas, é fundamental promover a conscientização ambiental por meio de programas de responsabilidade socioambiental. Formações para os colaboradores, adoção de práticas de gestão sustentável e incentivo à economia circular podem transformar as empresas em agentes de preservação, reduzindo impactos ambientais e fortalecendo a integração entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

Essas ações integradas, voltadas para diferentes faixas etárias e contextos sociais, consolidam a educação ambiental como uma estratégia transformadora. Por meio do engajamento coletivo e da articulação entre escolas, unidades de saúde, empresas e espaços públicos, será possível promover a cidadania ambiental, estimular a consciência ecológica e garantir o desenvolvimento sustentável de Vitória da Conquista. Somente com esforços coordenados e permanentes será possível reverter os impactos da degradação e proteger o futuro da Serra do Periperi.

Desse modo, ressaltamos que a educação ambiental e a construção da cidadania ambiental representam o meio mais confiável e duradouro para que, a partir da compreensão da natureza, sob uma perspectiva histórica, que leve em consideração os diversos elementos que compõem o ambiente, as pessoas passem a utilizar racionalmente os recursos do meio

para a satisfação material da sociedade, no presente e no futuro.

Portanto, ressaltamos que a educação ambiental, enquanto meio constituinte da cidadania ambiental, poderá contribuir diretamente para a mudança de perspectivas e a transição para um novo paradigma, como forma de enfrentamento à problemática gerada pelo modelo anterior, garantindo a sobrevivência de um mundo ameaçado pela exaustão dos recursos naturais e criando alternativas de desenvolvimento que se aliem ao desafio da preservação ambiental.

Por conseguinte, é indispensável se intensificar as pesquisas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação do meio ambiente, bem como para ações educativas, visando à reversão de tal quadro.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, A. F. G. **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Método, 2016.
- BIFANI, P. **Medio ambiente y desarollo sostenible**. 4. ed. Madrid: IEPALA, 2016.
- DEEBEIS, T. D. **Elementos de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Leud, 2016.
- FAMURS. **Meio Ambiente na Administração Municipal**: Diretrizes para Gestão Ambiental Municipal. Porto Alegre: Edição FAMURS, 2018.
- FERRAZ, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2021.
- LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LEAO, M. L. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: SILVA, C. (org). **Meio ambiente desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2015.
- LEÃO, C. F. B.; SILVA, R. S. de. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2018.
- LOUREIRO, G. F. **Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- LOMBAERT, M. V. **A complexidade dos ecossistemas**. Porto Alegre: Pallotti, 2017.
- LUZZI, D. Educação ambiental: pedagogia, política e sociedade. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2015.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2017.
- MAIMON, D. **Passaporte verde**: gerência ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2016.
- MORAES, A. de. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2015.
- NASRIN. **Education, environment and society**. New Delhi: APH, 2017.
- ROCHA, J. S. M. da. **Manual de manejo integrado de bacias hidrográficas**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2017.
- ROCHA, J. S. M. da. **Manual de projetos ambientais**. Santa Maria: Impressão Universitária, 1997.
- SILVA, V. G. da. **Comentários à legislação ambiental**. Brasília: Ambiental, 2017.

i Sobre os autores:

Luana Silva Santana (<https://orcid.org/0000-0001-8512-9732>)

Mestre em Bioenergia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (2017). Graduada em Matemática pela Faculdade de Candeias e bacharel em Engenharia Agronômica pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB(2010). Docente dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia da Produção e Arquitetura e Urbanismo, Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Independente do Nordeste -(FAINOR). Tem experiência na área de ensino de Física, Física Geral e Experimental I e II, ensino de Matemática, Matemática Básica e Aplicada, Estatística, Geometria Analítica Vetorial, Resistência dos Materiais , Fenômenos de Transporte, Mecânica Geral e Hidrologia

Klayton Santana Porto (<https://orcid.org/0000-0003-4024-6737>)

Doutor (2018) e mestre (2014) em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA/UEFS. Atualmente é professor adjunto 4 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino, Formação de Professores e Tecnologias (CNPq/UFRB). Participa de projetos de pesquisa e extensão que envolvem: investigação dos processos de ensino e de aprendizagem de Ciências, Física, Matemática e Computação; Formação inicial e continuada de professores/as que atuam na Educação Básica; Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e modalidades educacionais, tais como: Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva, Educação a Distância e Educação Permanente em Saúde. Tem experiência como docente de cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, Educação Básica e ensino técnico profissionalizante, presenciais e a distância.

Como citar este artigo:

SANTANA, Luana Silva; PORTO, Klayton Santana. A educação ambiental e a cidadania ambiental: potencialidades para a preservação da Serra do Periperi em Vitória da Conquista - BA. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 2, p. 105-118, 33^a Edição, 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM –SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR